

Superávit primário cai para 3,59% do PIB

O esforço fiscal do governo central já acumula R\$ 47,9 bilhões de janeiro a agosto deste ano

FERNANDO NAKAGAWA
BRASILIA

As despesas continuam aumentando em ritmo mais acelerado que o das receitas e o do próprio crescimento da economia, o que provocou a redução do superávit primário do governo central – que inclui Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) nos oito primeiros meses do ano passado para 3,59% em igual período de 2006. O secretário do Tesouro, Carlos Kawall, minimizou as preocupações com a alta dos gastos ao destacar a sua desaceleração.

Em agosto, a economia para o pagamento de juros da dívida foi de R\$ 6,427 bilhões. O resultado foi composto pelo superávit de R\$ 9,549 bilhões do Tesouro e os déficits de R\$ 3,1 bilhões da Previdência e R\$ 22,3 milhões do BC. O total das receitas foi de R\$ 45,405 bilhões, com despesas de R\$ 31,2 bilhões e transferências de R\$ 7,777 bilhões a estados e municípios.

Com o resultado mensal, o esforço fiscal no acumulado dos oito meses do ano soma R\$ 47,879 bilhões, o equivalente a 3,59% do PIB. O resultado é quase R\$ 5 bilhões superior à meta do quadrimestre de R\$ 42,9 bilhões. Apesar de superarem as expectativas, os números divulgados ontem reforçaram a tendência de crescimento das despesas. A nota revela que as despesas totais do Tesouro equivaleram a 10,56% do PIB entre

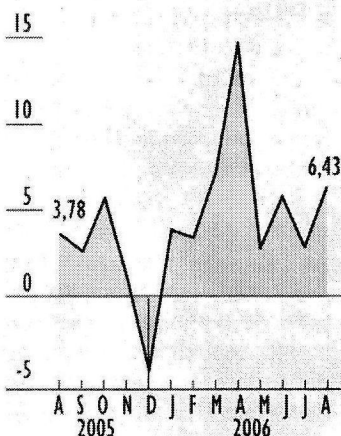
janeiro e agosto de 2006. Em igual período de 2005, a cifra equivalia a 9,89% do PIB. No lado das receitas, a evolução no mesmo período foi de 20,42% para 21,10% do PIB.

Kawall destacou a desaceleração dos gastos. Em janeiro, as despesas saltaram 29% na comparação com igual período de 2005. Em agosto, a alta foi de 13,9%. “A tendência é levemente declinante”, disse. O crescimento das receitas em agosto ficou em 11,7%. O descompasso entre o que entra e sai da caixa do governo não preocupa o secretário. “Os números mostram que estamos em trajetória condizente com a meta”, disse.

O secretário do Tesouro explicou que a participação das estatais na composição do superávit é menor que o citado por analistas. Segundo ele, o impacto de empresas não-financeiras, como Petrobras e Eletrobrás, é in-

ESFORÇO FISCAL

Resultado* - Governo Central
(em R\$ bilhões)



Fontes: STN e Centro de Informações da Gazeta Mercantil
* Resultado primário no mês

fluenciado negativamente pelos dividendos pagos por essas companhias aos acionistas privados. Tais recursos entram na conta como “déficit nominal”, já que saem do caixa da empresa.

Com relação aos dividendos pagos à União, há impacto neutro, já que esse valor é pago à União – com efeito positivo no governo central, mas é retirado do caixa da empresa – com saída na conta do setor público consolidado. O único dividendo que tem impacto direto é o gerado pelo setor financeiro, pois a conta do setor público consolidado tem apenas as empresas não-financeiras. Kawall usou todas as explicações para observar que o impacto dos dividendos na conta do governo central de janeiro até agosto foi de R\$ 1,057 bilhão.

O resultado foi gerado pelo impacto positivo de R\$ 6,27 bilhões do sistema financeiro e negativo de R\$ 5,213 bilhões do setor não-financeiro. Ele observa ainda que o peso desses dividendos não pode ser desprezado, já que nos oito meses de 2005 eles tiveram resultado negativo de R\$ 1,264 bilhão.